

A privatização da Eletrobrás e o fatiamento do CEPEL.



Privatização é uma transferência de ativos públicos para o setor privado, normalmente levada a efeito quando as taxas de acumulação de capital começam a diminuir. Foi o que aconteceu em meados da década de 90 no primeiro governo FHC, quando uma das soluções encontradas pelo chamado Consenso de Washington, foi decretar uma privatização generalizada dos ativos dos governos. **No Brasil, ao contrário dos**

países desenvolvidos, a elite econômica tem aversão ao risco de seus investimentos e sempre viveu a sombra do “Estado do Mal-Estar Social”, que podemos resumir numa consigna: “Ordem para os de baixo e progresso para os de cima”. É assim que a elite capitalista brasileira foi formada, a sombra do generoso aparelho de Estado sempre pródigo em lhe conceder favores, benesses, desonerações e lhe permitir um grau de sonegação de impostos inimaginável, assegurado pela certeza da impunidade fiscal (R\$ 626,8 bilhões em 2022, conforme o “sonômetro” publicado no site do SINPROFAZ). Por isso sabemos que não existe privatização bem-feita.

Não existe privatização bem-feita porque os danos nela embutidos e por ela disseminados em toda sociedade podem ser elevadíssimos. Foi o que aconteceu com a **privatização da Eletrobrás**, realizada no apagar das luzes do governo Bolsonaro, transformando este processo de privatização em um dos maiores assaltos a uma empresa pública, entregue na bacia das almas a preço de bolo em final de festa. Esta privatização é emblemática e tem que ser explicada a todos os brasileiros, para que possa ser revertida pelo atual Governo, sob pena de **causar enormes prejuízos a população brasileira**, conforme já estamos observando nos **frequentes apagões por todo o país e pela desestruturação completa da Eletrobrás**, cuja administração caminha para o caos, contrariando o mito da eficiência privada (basta verificar em detalhe como ficou o organograma da empresa atualmente). **Crises no setor elétrico já derrubaram diversos governos e partidos ao redor do mundo, o que tende a se repetir com o Governo atual nas próximas eleições presidenciais.**

O processo de privatização da Eletrobrás foi totalmente irregular, com uma série de possíveis ilegalidades, do começo ao fim. Feito na forma de **Medida Provisória em rito sumário, contrariando o próprio regimento do Congresso**, pois não atendia a nenhuma urgência, a não ser a ansiedade e ganância daqueles que, como qualquer descuidista, não perde a oportunidade de lesar os cofres públicos. A Eletrobrás foi vendida sem que o preço fosse definido, o que veio a ser feito por uma empresa de consultoria que, posteriormente, foi descoberto que estava mancomunada com as potenciais ilicitudes.

O patrimônio da Eletrobrás era avaliado em 400 bilhões de reais, mas seu controle foi entregue por 36 bilhões, e a lei da privatização determinou que o Governo que ainda mantinha 43% das ações tivesse um poder de mando reduzido somente a 10%, enquanto grupos minoritários exercem o poder de fato dentro da empresa e a Diretoria e o Conselho Administrativo tiveram seus salários aumentados para até R\$ 200-300 mil reais. O presidente Lula denominou a privatização da Eletrobrás de **quase uma banditagem**.

É bom enfatizar que o Governo responderá por 43% de qualquer prejuízo atribuído a empresa, no melhor estilo de “privatizam-se os lucros e socializa-se o prejuízo”.

A privatização da Eletrobrás manipulada pelo governo Bolsonaro junto ao Congresso através do “Orçamento Secreto” e outros artifícios, trouxe como **subproduto perverso o processo de descarte**

do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (CEPEL), fundado em 1974 e até bem pouco tempo mantido pela Eletrobrás e suas empresas controladas. Agora, com a privatização, terá seus aportes da Eletrobrás diminuídos de 1/6 a cada ano.

É necessário que se explique que o Cepel, desde sua fundação, por ter como atividade fundamental a pesquisa em C&T, requer um aporte financeiro para sustentá-lo como é feito em todas as partes do mundo. O entendimento de todos os governos desde a ditadura até muito recentemente era que a pesquisa, pelo grau de incertezas que lhe é inerente, bem como pela longa maturação que esses desenvolvimentos exigem, não é atraente para o setor privado, principalmente o setor privado brasileiro acostumado a depender do estado e alérgico ao risco. Dessa forma, a atividade de pesquisa exige que a maior parte de seu financiamento seja feito por um agente público, anteriormente a Eletrobrás pública, ou até mesmo pelo Estado, em prol de toda a sociedade. Dentre as raras exceções em que empresas privadas financiam a pesquisa, podemos citar a Rede D'Or de hospitais, cujo Instituto de Pesquisas, o IDOR (Instituto D'Or de Pesquisa e Ensino) seria "prejuízo", caso os investimentos em pesquisa fossem considerados meramente como custos. No entanto, todo o desenvolvimento tecnológico do grupo passa pelo Instituto D'Or, aumentando a produtividade e competitividade do grupo. **Este tipo de equacionamento foi ignorado pela Eletrobrás e pelas últimas diretorias do Cepel acostumadas a seguirem ordens, por mais estapafúrdias que sejam.**

É necessário acrescentar que o descarte do Cepel foi preparado pela Eletrobrás e pelas direções do Cepel por ela nomeadas. Foi sendo construída dentro da Eletrobrás uma visão equivocada de que pesquisa não é investimento e sim "custo", coerente com novas direções orientadas para transformar uma empresa pública em uma "comercializadora de energia" voltada para dar lucros exorbitantes para os acionistas, a maioria deles pertencentes ao capital financeiro. Pois bem, as diretorias do Cepel, as duas últimas principalmente, seguiram à risca a cartilha liberalóide dos governos Temer e Bolsonaro, resultado de visões já ultrapassadas em nível internacional.

O resultado de tudo isto está aí. As diretorias do Cepel deixaram o tempo passar, não buscaram soluções efetivas para substituir o financiamento da Eletrobrás por outras fontes de financiamento e o Cepel se encontra hoje a beira do fatiamento e entrega de partes essenciais (tais como modelos computacionais, conforme noticiado no site da ANEEL em 17 de outubro deste ano e divulgado em carta aberta da FISENGE no dia 25 do mesmo mês) e encerramento de atividades que o setor privado não quer manter, quando os sistemas energéticos de todo o mundo vivem uma transição energética para uma economia baseada em energias limpas e voltadas para a minimização dos efeitos climáticos. Neste contexto, arruinar o principal Centro de Pesquisas do setor elétrico nacional, com quase 50 anos de existência e com um patrimônio e um legado tecnológico singulares, significa uma perda de um ativo estratégico para o país. Ao invés de investirem no Cepel como instrumento importante da transição energética, as direções da Eletrobrás secundadas pelas diretorias do Cepel, investiram no estrangulamento do Centro, representado pelas demissões dos melhores quadros técnicos e no fechamento de diversos laboratórios porque só enxergavam custos onde havia um enorme potencial e uma capacidade sobejamente demonstrada de desenvolver tecnologias fundamentais a independência tecnológica e a soberania nacional.

Compartilhem esse informe com os colegas!

Juntos somos sempre mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE ([links nos logos abaixo](#)).

A diretoria, 13 de novembro de 2023.

Associação dos Empregados da Eletrobrás - AEEL

